



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Violência Obstétrica e mulheres indígenas: reflexões transdisciplinares sobre o sentido, o sentir e resistir.

Autoria: Danielle Ichikura Oliveira (Faculdade de saúde pública USP), Danielle Ichikura Oliveira José Miguel Nieto Olivar

O objetivo deste work é nos aproximar a uma reflexão sobre a categoria ?violência obstétrica? e formas de lidar de mulheres indígenas, em especial as mulheres Yanomami no Alto Rio Negro. Trata-se de um esforço transdisciplinar entre a saúde pública, a antropologia e os estudos de gênero e violência. Nele, colocamos em articulação os relatos de mulheres Yanomami com uma bibliografia biomédica crítica e de matriz feminista sobre ?violência obstétrica?. Por meio de um diálogo maior com a antropologia indígena e de gênero, buscamos analisar as formas como essas mulheres compreendem e lidam com esta categoria. Esse work faz parte de um esforço colaborativo entre o Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN), o Instituto Socioambiental (ISA), o Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YA) e a Faculdade de Saúde Pública da USP, para a compreensão de



conhecimentos e práticas de cuidado de mulheres indígenas perante formas sistemáticas de violência. Nesse marco foi realizado um exercício de pesquisa de campo de cunho etnográfico, em caráter de Iniciação Científica realizado por uma graduanda em Saúde Pública da USP. No período de 01 de fevereiro a 04 de março de 2020 foram construídos diálogos com mulheres indígenas de diversas etnias. Dentre as atividades em campo foi realizado uma roda de conversa com mulheres Yanomami onde foi possível ouvir seus relatos de trajetórias de parto e embasar esta proposta de reflexão. Baseado nessas narrativas dadas pelo encontro da pesquisadora com as mulheres buscamos contrastar as percepções das mulheres indígenas sobre práticas, experiências e relações de violência no contexto de institucionalização do parto, com as definições oficialmente estabelecidas de "violência obstétrica", no intuito de enriquecer os debates técnico-políticos sobre esta forma de violência.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: